

38º Encontro Anual da ANPOCS

GT 14 - Entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais latino-americanos

Depois das ruas: mudanças e reconfigurações do movimento estudantil brasileiro durante o lulismo

Cláudio André de Souza (UFBA)¹

¹ Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS/UFBA). E-mail: clandresouza@gmail.com

INTRODUÇÃO

Desde o século XX que diversas agendas de pesquisa ocuparam as ciências sociais no intuito de compreender os movimentos sociais, o que provocou a atenção de teorias preocupadas, especialmente, em discutir a relação dos movimentos sociais com um interlocutor privilegiado, o Estado (BRANDÃO, 2011).

Indiscutivelmente, há um novo panorama de produção sobre os movimentos sociais, por meio de pesquisas que visam articular o que Dagnino (2006) já apontara enquanto um novo tipo de interação entre sociedade civil e sociedade política, sustentada através da participação de atores que desejam dialogar “de frente” para o Estado. Na verdade, este contexto representa novas formas de atuação da sociedade civil em um cenário de redemocratização das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil (PINTO, 2004; DAGNINO, 2004; IGLESIAS, 2011).

Diversos trabalhos apontaram nos últimos anos para o estudo da participação por meio da interação entre Estado e sociedade civil, enquanto uma “novidade” do contexto brasileiro. A riqueza desta bibliografia foi muito bem delineada por Abers (2014) a partir da diversidade de enfoques e de pressupostos normativos em torno da democracia. Estas pesquisas coadunam para a condição inexorável da atuação da sociedade civil e a sua demanda por participação, que resultou em novos arranjos participativos na seara institucional.

A multiplicidade de trabalhos sobre a participação enquanto elo conectivo entre Estado e sociedade também aponta para o potencial teórico das considerações de Tilly, Tarrow, McAdam, entre outros autores, que já apontam para a atuação de movimentos sociais preocupados na sua conexão com o sistema político. Na verdade, a influência destes em traduz-se no que Ventura (2007) compreende enquanto “catalizadores das mudanças sociais”, que para

conseguir êxitos nas suas demandas precisam muitas vezes de outros atores sociais e um deles são os partidos políticos.

Este trabalho é fruto de pesquisa em andamento sobre as mudanças conferidas na atuação das organizações estudantis (CAs e DCEs), em especial, vinculadas a União Nacional dos Estudantes (UNE). Tais mudanças balizam-se pela incorporação de novos repertórios ao movimento ligado à UNE, por meio da participação institucionalizada e da atenção para questões internas e externas sem adentrar em rota de colisão com os interesses estruturados pelos partidos pertencentes ao campo governista liderado pelo lulismo².

Em suma, este trabalho entende que as transformações do movimento estudantil referem-se à criação de um novo ciclo de mobilizações predominantemente fora das ruas, voltada para as questões internas (endógenas) e de rearticulação de interesses junto a grandes movimentos sociais externos (gênero, reforma agrária, combate á homofobia, igualdade racial, etc.), além da atuação em espaços participativos fincados na política institucional.

A primeira etapa desta pesquisa está concluída, pois, refere-se à realização de entrevistas e análise documental de lideranças e organizações estudantis locais, particularmente, no âmbito da Universidade Federal da Bahia (UFBA)³. O objetivo inicial desta etapa é estabelecer um contato exploratório com o campo, diante da escassez de literatura sobre este período recente de atuação do movimento estudantil brasileiro.

A estrutura deste trabalho compreende apontamentos cujo objetivo diz respeito à relação entre movimentos sociais e partidos políticos, sendo sucedido por outra parte concernente aos debates conceituais sobre a proximidade explicitada entre movimentos sociais e sistema político. Por último, pretende-se

² Em termos práticos, houve um recuo de protestos de rua, ocupação de espaços públicos fora da universidade, manifestações, etc, sobretudo, que pusesse em xeque as políticas do governo atual. Iglesias (2011) discute este aspecto relacionado aos movimentos sociais brasileiros enquanto uma posição de “diálogo crítico”.

³ A escolha da UFBA deveu-se a um recurso metodológico, já que há uma pluralidade social e política em torno de um movimento bastante atuante com a presença de quase todos os grupos vinculados à UNE.

apresentar um panorama *expressivista* sobre as transformações ocorridas no movimento estudantil local, mas também reproduzidas país afora nas organizações ligadas à UNE, pois os grupos atuantes estão alinhados em termos nacionais, de maneira geral, sob orientação dos partidos.

O argumento central deste trabalho diz respeito às transformações ocorridas no movimento estudantil durante o lulismo (2003-2014), ou seja, as mudanças apontam para a “saída” das ruas e a efetiva mobilização interna nas universidades. O contato com o externo fica a cargo da proximidade a outros movimentos sociais (gênero, igualdade racial, sindical, etc.) que são aliados.

Esta nova configuração é relativa aos interesses, uma vez que o movimento mantém uma posição de “diálogo crítico” e apoio político ao governo, liderado pelos partidos que estão enraizados na militância estudantil. Este cenário revela, portanto, o fato do movimento estudantil manter um nível elevado de mobilização, porém, sob um novo repertório baseado na pauta das questões endógenas ao movimento. O lulismo empreendeu uma Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) em torno de novos arranjos participativos, valorizando a participação institucionalizada dos movimentos na formulação e implementação de diversas políticas públicas.

MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS POLÍTICOS

É possível reconhecer que as organizações partidárias assumem uma função estruturante nos sistemas políticos representativos. Umberto Cerroni, citando Antonio Gramsci, presume que “la história de um partido (...) no podrá dejar de ser la historia de um grupo social determinado” (1982, p.13). Tais características enunciam a anatomia dos partidos de massa de caráter socialista. Não obstante, nos dias atuais, as novas configurações partidárias ambientam-se na frente institucional (político-eleitoral), sendo que não eliminam

o caráter ideológico deles, mas apresentam um formato voltado para a tática *catch all*. Suas principais características são

um comportamento maximizador de ganhos eleitorais; uma situação político eleitoral de conteúdo abrangente; uma orientação direcionada para a ocupação de postos de governo; uma heterogeneidade social crescente de seus filiados; e uma diminuição de uma identidade política coletiva entre seus membros – a qual tinha sido proporcionada pelos partidos de massa e seus integrantes. (CARVALHO, 1998, p. 115).

Alguns autores analisam a relação entre movimentos sociais e partidos políticos destacando a interdependência entre ambos. A literatura gramsciana apresenta concepções de partido cumprindo um papel unificador de interesses gerais, atuando junto ao movimento social como um agregador de interesses, pois os movimentos sociais antes de negarem as instituições formais, buscariam construir uma relação de “junção de esforços para consolidar a representação política e atuar sobre a instância institucional no intuito de transformar as relações sociais” (RUSCHEINSKY, 1999, p. 34). Esta interpretação ressalta a conexão existencial entre sociedade civil e sociedade política, sendo reiterada pela grande parte dos movimentos sociais, mesmo que reivindicado o caráter autônomo dos movimentos.

O relacionamento entre partidos e movimentos sociais pode incidir numa cooperação ou cooptação, salientando mecanismos de controle que decidem de forma independente, em fóruns próprios, às expensas de uma “representatividade”, ou seja, falar “em nome de”. Para Gohn, movimentos sociais são expressões de poder da sociedade civil e

são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios, e disputas vivenciados pelos grupos na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum [...] os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal- e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política [...] eles têm como base de suporte entidades e

organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (2004, p. 251-252).

A relação com organizações políticas se dá de forma estratégica pelos movimentos, pois “historicamente, a igreja, os partidos e sindicatos têm representado as fontes principais das relações de aliança com os movimentos populares em termos de assessorias” (ibid., p. 257). Os partidos de massa situados ideologicamente em sua maioria à esquerda desejam e se planejam em estar/ser movimentos sociais, canalizando tais demandas num projeto com vistas a alcançar o Estado. A relação entre movimentos sociais e partidos políticos revelam-se através de dois prismas: a predominância de uma “política de autonomia” evocada por ambos os lados e a predominância da “rejeição”, dando vez em grande parte a uma negação *da política* e, sobretudo, das organizações partidárias.

A rejeição aos partidos não é algo incipiente nos movimentos sociais, em especial, no movimento estudantil. Alguns partidos se configuraram ao longo do tempo como um espaço gerador de utopia, de embate de idéias, análises de conjuntura, formação político-filosófica, ou seja, uma grande “ágora” de invenção e tradução do cotidiano. A arte tem cumprido uma das suas funções: a passagem do “retratar” para o de se esboçar outra realidade.

Analogamente, os partidos contestadores, categorizados como de esquerda, sempre adquiriram o papel de transformar a sociedade, nem sempre pela via democrática, como atualmente boa parte dos nossos partidos está convencida das virtudes deste regime político. É concebível entendermos os partidos políticos ao longo da história como construtores de relações políticas nas universidades calcadas na difusão de um pensamento social, *pari passu* ao de engendrar táticas de chegar ao poder. A *práxis* marxiana representa esta simbiose em termos genéricos.

MOVIMENTOS SOCIAIS E SISTEMA POLÍTICO

Nos últimos anos tem se destacado no âmbito da ciência política brasileira o aporte teórico-metodológico voltado para a ênfase na abordagem relacional entre movimentos e atores político-institucionais, isto é, atores da sociedade que mantém conexão com o sistema político. Este esforço destacado no mapeamento desta literatura é presente na pesquisa de Tatagiba (2008, p. 18), uma vez que “embora busquem afirmar sua independência, movimentos e atores político-institucionais mantêm e/ou buscam manter relações estreitas e que essas relações são permeadas por contradições e ambivalências”.

Esta agenda de pesquisa, preocupada com a interação entre sociedade e Estado, compreende a Teoria do Processo Político, que tem como referência central as pesquisas de Charles Tilly. A caracterização dos conceitos relacionados as *contentious politics* (Tilly, 2010, p. 136), grosso modo, compreende os

movimentos sociais como uma forma contenciosa – contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem; política, no sentido de que governos, de um ou outro tipo, figuram de alguma forma nesse processo, seja como demandantes, alvos das reivindicações, aliados desse alvo, ou monitores da contenda.

Tilly argumenta que somente é possível estudar movimentos sociais diante da aplicação de uma visão ampla que os relacione com outras formas de ação política (Abers e Bulow, 2010). Ao lado deste autor, destacam-se também Doug McAdam e Sidney Tarrow (2011, p. 21-22), que definiram em trabalho recente a contribuição de Tilly para a construção de um novo arcabouço teórico, delineando, portanto, elementos analíticos de aproximação entre movimentos e sistema político:

a figura chave, cujo trabalho vinculou política institucional e política dos movimentos desde o início, foi Charles Tilly. Desde sua tese de doutorado, *The Vendée* (1964), passando por suas obras mais importantes no Reino Unido (1994) e na França (1986), até o ápice de sua carreira, com *Contentious Performances* (2008), Tilly rejeitou a estreita divisão das especialidades acadêmicas em favor de um conceito muito mais amplo, a que chamou de “política contestória” a

figura chave, cujo trabalho vinculou política institucional e política dos movimentos desde o início, foi Charles Tilly. Desde sua tese de doutorado, *The Vendée* (1964), passando por suas obras mais importantes no Reino Unido (1994) e na França (1986), até o ápice de sua carreira, com *Contentious Performances* (2008), Tilly rejeitou a estreita divisão das especialidades acadêmicas em favor de um conceito muito mais amplo, a que chamou de “política contestória” [...] No centro da sua perspectiva encontra-se a afirmação de que os movimentos sociais e os sistemas de política institucional são mutuamente constitutivos; de que para entender o fluxo e refluxo dos movimentos, estes precisam ser vistos, pelo menos em parte, como um produto de mudanças em sistemas de política institucionalizada; e de que o inverso também é verdadeiro: mudanças na política institucionalizada muitas vezes resultam de movimentos, um ponto que – junto com Tilly – já discutimos em outro trabalho (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001), e que ele desenvolveu em sua obra *Regimes and Repertoires* (2006).

Analisando a *Teoria do Processo Político*, Alonso (2009, p. 56) entende que

esta perspectiva afeta a compreensão das instituições políticas. A mobilização baseia-se num conflito entre partes, uma delas momentaneamente ocupando o Estado, enquanto a outra fala em nome da sociedade. Essas posições são variáveis, os atores migram entre elas. Por isso, a análise tem de suplantar as barreiras convencionais que definem “Estado” e “sociedade” como duas entidades coesas e monolíticas. Assim, em vez de definir a equação como movimentos sociais versus Estado, a TPP opõe “detentores do poder” (os membros da *polity*), que têm controle ou acesso ao governo que rege uma população (incluídos os meios de repressão), e “desafiantes”, que visam obter influência sobre o governo e acesso aos recursos controlados pela *polity*. Um movimento social é definido, então, como uma “interação contenciosa”, que “envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder”, em nome de uma população sob litígio (Tilly, 1993).

Abrindo-se a debates teóricos mais amplos, Dagnino (2006) desenvolve analiticamente argumentos em torno da interação entre sociedade civil e sociedade política, chamando a atenção acerca da incompreensão em torno desta relação, o que em muitos casos, no âmbito da teoria e da empiria, contribui para isolar a sociedade civil da sociedade política, ignorando suas relações.

O que a autora destaca compreende a perspectiva de interação entre “Estado” e “sociedade” através da trajetória dos sujeitos diante destes espaços, mas também no compartilhamento de projetos políticos enquanto “conjunto de

crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (p. 38).

Esta perspectiva surge na pesquisa de Abers e Bülow (2011, p. 78), que busca ir além nesta abordagem em relação aos movimentos sociais enquanto ação coletiva, na medida em que

para compreender as múltiplas formas de intersecção entre movimentos sociais e o Estado, não só é relevante teorizar sobre como movimentos sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado, mas também deveríamos compreender como, às vezes, movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal.

Semelhante a este argumento, Wampler busca a necessidade de compreender as consequências da participação no cenário político-institucional de interação entre Estado e sociedade:

instituições de gestão participativa estão, agora, produzindo novas redes, novos mecanismos de comprometimento sobre acordos afirmados e novos tipos de conexão entre ativistas de movimentos sociais, líderes comunitários, especialista de políticas públicas, burocratas, e as prefeituras [...] Deve haver pouca dúvida de que as interações entre Estado e sociedade civil sejam muito diferentes em 2010 do que em 1990 ou 2000 [...]. A gestão participativa contribui para inserir atores do Estado diretamente na sociedade civil, bem como líderes comunitários no Estado (Wampler, 2010 apud Tatagiba e Blikstad, 2012, p. 183).

Ambos os autores reforçam o que Tatagiba e Blickstad (2012) expuseram em trabalho recente, relativo as dinâmicas que conferem a sociedade civil o sentido relacional estabelecido com a sociedade política. Para as autoras,

as dinâmicas participativas a partir da descrição e análise das relações entre atores sociais e políticos institucionais pode oferecer novas chaves para avaliação dessas experiências e dos seus resultados. Particularmente importante seria avançar na compreensão do papel dos partidos e da militância partidária nesse cenário, um tema que, apesar de constante nos estudos de caso, ainda permanece pouco abordado de forma sistemática pela literatura da participação. Sabemos que muitas conquistas dos setores progressistas se deveram à articulação entre militantes dos movimentos e militantes partidários – papéis muitas vezes combinados num mesmo ator –, que favoreceu os fluxos de comunicação e de trânsito entre as sociedades civil e política [...]. Tomar a relação entre movimentos e sistema político como questão empírica e teórica a ser enfrentada significa reconhecer o espaço próprio que conforma e condiciona os esforços despendidos nos processos de interação. Partindo do pressuposto de que a natureza e a intensidade das relações entre movimentos sociais e atores políticos

são diversas – assim como o tipo e o alcance de suas implicações –, imaginamos que no longo prazo um dos resultados desses investimentos poderia ser algo como uma “tipologia dos vínculos” entre movimentos sociais e atores político-institucionais. Essa tipologia talvez fosse capaz de conferir certa inteligibilidade a essas variações relacionais, problematizando suas consequências no que se refere à escolha e combinação dos repertórios de ação em conjunturas específicas. Mas, até lá, temos ainda um longo caminho pela frente (p. 212-213).

Este esforço teórico apresentado até aqui sobre a análise dos movimentos sociais é plenamente incorporado aos objetivos desta pesquisa. Entende-se que os movimentos sociais brasileiros mantiveram relações de *representação política* e de compartilhamento de projeto político, especialmente, com o PT ao longo das últimas décadas, sendo transformadas diante do êxito eleitoral do partido na década de 2000.

Ao longo dos últimos anos, os movimentos sociais brasileiros refletiram um conjunto de mudanças, deixando as “ruas” e passando a ocupar em grande parte do tempo os “gabinetes”. Esta estratégia, no entanto, não tem causa imediata no peso institucional conferido ao PT nos dias atuais, mas remonta ao que Tatagiba e Blikstad (2012) analisam enquanto tendência do contexto democrático brasileiro, que, em estreita conexão com atores da arena político-institucional, apostaram na luta “por dentro do Estado” como estratégia de transformação social.

É possível delinear a primeira década de 2000⁴ no sentido de inauguração de um novo ciclo, na medida em que os movimentos sociais potencializaram a estratégia de participação institucional, diante de um governo vocacionado a tais interesses da sociedade civil, ambientando arranjos participativos (conselhos, conferências, formulação de políticas públicas, etc.) compostos pelos principais movimentos sociais brasileiros.

O conceito de lulismo tem papel destacado no intuito de compreender de que forma a constituição de um *projeto político* distinto ao que definiu a trajetória do PT por muito tempo “congelou” parcialmente as demandas históricas e

⁴ Analiticamente, seguimos a perspectiva de Bringel (2009) em construir ciclos de mobilização dos movimentos.

“estruturais” dos movimentos, impactando nas estratégias de ação adotadas⁵. A compreensão acerca do lulismo, conforme o trabalho sistemático publicado por Singer (2012), aponta para o signo da contradição. Ou seja, a partir do realinhamento eleitoral dos mais pobres a partir das eleições de 2006, tem-se como sua insígnia a mudança (reformismo fraco), ao mesmo tempo em que busca-se a preservação do *status quo*. Desse modo, promove-se reforma gradual e pacto conservador.

O lulismo, de acordo com o autor, é perfeitamente compreensível quando analisada as duas almas contraditórias do PT, pois, estas, a do “Sion” (Colégio Sion, local de fundação do PT em 1980, referência do autor aos compromissos programáticos estabelecidos na criação do partido) que carrega consigo a posição anticapitalista que o partido defendeu no ato de sua criação, e a do “Anhembi” (refere-se ao espaço físico de convenções que o partido utiliza com frequência em seus eventos na capital paulista), que, ao renunciar aos compromissos anticapitalistas, representa por convicção a assimilação de concepções liberais comuns ao espectro ideológico antagônico ao que o partido adotara na fundação.

Em verdade, para Singer a alma do “Anhembi” demonstrou uma

disposição pragmática que estava no extremo oposto do antigo purismo do Sion. Não era uma flexibilização, e sim um verdadeiro mergulho no pragmatismo tradicional brasileiro, cuja recusa fora antes bandeira do partido. Sob a aparência de ajustes voltados para o momento eleitoral de 2002, uma revolução estava em curso, deixando atônita boa parte da esquerda petista sintonizada com o espírito do Sion (p. 99).

De maneira geral, os dois mandatos de Lula formaram uma síntese contraditória entre as duas almas que hoje habitam o PT, assim como as orientações encaminhadas pelo governo nas duas gestões, beneficiando ao

⁵ A pesquisa em andamento definiu o enfoque no movimentos estudantil ligado à UNE, diante do seu histórico de mobilizações e de atuação junto ao sistema político e caracterizado por forte ligação aos partidos políticos.

mesmo tempo o capital e a inclusão dos mais pobres. A conjunção possível entre estes interesses antagônicos assume no seio petista um caráter paradoxal a nosso ver, particularmente a representação política petista atual amplificados tanto pelos interesses do passado referentes a alma do “Sion”, quanto pelos interesses presentes situados na alma do “Anhembi”.

O embate entre as duas almas petistas e a mudança efetiva da base eleitoral de apoio ao partido, reafirmam a necessidade de compreender, em termos de representação política, quais são as mudanças na relação do PT com os movimentos sociais e segmentos organizados da sociedade civil influentes no partido até 2002. Nesse sentido, caberia talvez a incorporação desta relação enquanto uma terceira dimensão analítica do lulismo, portanto, voltada para o entendimento sobre quais grupos organizados ainda apoiam o partido diante das mudanças de posição, verificando, assim, em que medida o partido desconectou-se daqueles cidadãos ativos em favor das novas relações com grupos simpáticos ao espírito do “Anhembi”.

Nesse sentido, é compreensível que as mudanças vividas pelo partido estructurem o lulismo, mas também evocando o mesmo sentimento entre os movimentos sociais, isto é, de “congelamento” das suas pautas, diante do âmago lulista caracterizado pela arbitragem de interesses dicotômicos, gerando a estratégia de “incorporação limitada” dos interesses relacionados aos movimentos sociais, mas diante da participação ativa destes em espaços institucionais voltados a sediar batalhas travadas “por dentro do Estado”.

Esta energia social que o lulismo soube incorporar ao processo político-institucional tem sido fundamental para o PT alcançar alguns objetivos: i) promover a manutenção de vínculos com a sociedade civil, ii) os governos dilatam a arbitragem de interesses traduzido em grande apoio eleitoral mobilizado entre “reformistas” e “conservadores”; iii) os movimentos sociais potencializam a sua capacidade de atendimento das demandas, na medida em que tem seus repertórios de ação reconhecidos pelos governos, ao mesmo tempo em que conseguem obter mais recursos e êxito diante de lutas sociais que já não tem mais sua lógica regida exclusivamente pela “pressão” das ruas,

isto é, os movimentos assumem posição “participativa” ao partilhar instituições e “representativa” ao transformarem os repertórios de ação e o caráter organizativo de acordo com o conteúdo de representação política aspirado pelos partidos aos quais são ligados.

Vale ressaltar que este contexto de interação entre movimento, partido e governo tem sido amplamente pesquisado na América Latina. Nesse aspecto, enfatiza-se as experiências participativas mobilizadas por atores sociais e político-institucionais, conforme Sader (2009), Domingues (2007) e Svampa (2005).

Em pesquisa sobre a Bolívia, Equador e Venezuela, Silva (2012) analisa as mudanças sociais e políticas que conformam novos padrões de interação Estado/sociedade, que estão ligados a representação e participação, além do que os movimentos sociais contemporâneos revelam “uma tendência contemporânea para que muitos deles incorporem uma dimensão renovada da luta democrática, que se expressa em diferentes paisagens materiais e simbólicas, contribuindo para a reinvenção das práticas e teorias democráticas” (BRINGEL & ECHART, 2008, p. 458).

O que ocorre no Brasil sob o contexto dos movimentos sociais diante do lulismo, pode ser reconhecido, na verdade, como uma tendência em algumas sociedades latino-americanas, uma vez que, como aponta Maneiro (2006, p. 107), é possível “relacionar as transformações nas formas de vinculação do Estado com a sociedade civil como elemento central, embora não unívoco, de explicação do surgimento dos movimentos sociais nos últimos anos em nossa região”.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL LOCAL E A UNE

A eleição do DCE-UFBA que ocorreu no início de 2013 contou com a participação de quatro chapas, todas influenciadas por partidos políticos (PT,

PCdoB, PSB, PSOL, PSTU e Consulta Popular), embora fosse considerada a presença significativa de apoiadores “independentes”, sem vinculação partidária. Neste sentido, há uma valorização da autonomia do movimento, mas delineando o partido político enquanto uma organização necessária para a consecução dos seus objetivos.

Percebe-se, assim, a politização em torno das bases e dirigentes, valorizando a autonomia decisória e organizativa do movimento, mas compreendendo o papel educativo dos partidos. Na percepção dos líderes, os partidos ampliam a dimensão do projeto político defendido pelo movimento, uma vez que se conformam a sociedade política enquanto principal terreno de disputa entre projetos distintos cristalizados na heterogeneidade da sociedade civil (DAGNINO, 2006).

Esta eleição para DCE obteve a elevação de 100% de comparecimento às urnas, o que representa, segundo os principais líderes do movimento, a articulação entre as demandas locais ligadas ao cotidiano dos estudantes e as posições mais amplas sobre governos, políticas públicas, etc. Esta articulação estabelece, portanto, um movimento de “carne e osso”, enfatizando os interesses que melhor dialogam com a mobilização e apoio dos estudantes.

Há um modo de atuação influente nesse processo, voltado a realizar atividades em torno da rotina da universidade, e, portanto, a mobilizar de acordo com as questões locais do movimento, especialmente, as pautas da universidade (projetos, ações, políticas públicas, decisões administrativas, etc.), contudo, a influência partidária “dilata” as possibilidades de ação do movimento diante da interação com o sistema político, no que tange os interesses estruturados em pautas externas e a presença por meio de uma participação institucionalizada. Neste aspecto, todos os grupos pertencentes ao movimento estudantil tem apresentado nos últimos anos uma maior presença nas atividades de participação institucional (conselhos, conferências, fóruns, políticas públicas, etc.), mas sem perder de vista a importância das mobilizações de “rua”. Vale destacar, a importância da presença institucional do movimento

nos conselhos gestores da universidade, enquanto espaço decisório estratégico de disputas dos interesses e demandas que estruturam os repertórios do movimento.

Uma parte dos líderes entrevistados iniciou a militância antes de ingressar na universidade, o que indica que o movimento é desenvolvido pela continuidade do ativismo destes egressos do ensino básico. Ao entrar no movimento universitário, estes encontram grupos constituídos com rotinas e agenda próprias, que gravitam em torno das organizações estudantis (CAs, DCE, UNE, etc.) e dos partidos políticos que influenciam as ações que estes grupos promovem diante das organizações estudantis.

O papel dos partidos parece apresentar um caráter dual, ou seja, o movimento influencia os partidos, mas estes têm um papel estruturador no que se refere a tornar a pauta do movimento uma narrativa “universal” de ligação entre sociedade civil e sociedade política. Desse modo, os líderes do movimento compreendem que o partido lega sentido ao movimento na medida em que busca *representar* os seus interesses no ambiente da sociedade política. Neste sentido, o partido é encarado como importante e estratégico, embora os líderes apresentem críticas aos seus próprios partidos com que se relacionam, sobretudo, diante de compromissos conformados às posições ocupadas no âmbito governamental, situação que tem sido vivenciada por parte da esquerda nos últimos anos.

É possível apontar, nesse caso, um ponto de convergência entre os atuais grupos que compõem o movimento no que se refere à proximidade aos partidos políticos, além de se basear em um leque amplo de repertórios de ação, valendo-se de bandeiras com conteúdo cultural, sendo que ao mesmo tempo apresentam um conjunto de demandas de natureza material e pós-material. Do ponto de vista das atividades, os grupos que estão dentro e fora da atual gestão do DCE apresentam o intuito de debater temas ligados ao cotidiano institucional da universidade, mas também buscam a mobilização em torno de pautas mais amplas, motivadas, sobretudo pela influência dos partidos ao

atuarem em um escopo mais amplo da política em torno da relação entre Estado e sociedade.

O reconhecimento da legitimidade do movimento mesmo diante da sua proximidade aos partidos políticos estabelece-se diante de um quadro de afastamento da perspectiva que delineou o movimento durante o momento anterior pesquisado da Gestão “O Coletivo”⁶. Porém, percebe-se entre os líderes a importância do partido, mas em uma dimensão de respeito a autonomia do movimento em relação às suas demandas e formas de organização. Este posicionamento é reforçado diante do contexto político de ascensão destes partidos presentes no movimento, que passam a ocupar espaços significativos na esfera institucional em governos, ou seja, o movimento passa a conduzir sua autonomia diante do jogo de tensão em torno dos dissensos entre movimento, partido e governo.

Vale ressaltar, o paradoxo em que vive os partidos, uma vez que são rejeitados pelos cidadãos comuns por meio de altos índices de desconfiança, mas são desejáveis e necessários em torno de espaços importantes na sociedade civil, mesmo que estejam distante de governos, como é o caso dos partidos de esquerda (PCO, PSOL, PSTU e PCB) que mantêm oposição, especialmente aos grupos estudantis ligados ao PT e PCdoB.

Este paradoxo assume um contorno ainda mais “dramático” com o surgimento recente em nível nacional do grupo “Levante Popular da Juventude” que se consagrou vitorioso nas últimas eleições do DCE⁷. Tal grupo mantém ligação com um partido intitulado “Consulta Popular” que não busca atuar na institucionalidade (o partido não é filiado a Justiça Eleitoral), optando por uma atuação nos movimentos sociais. O crescimento considerável deste grupo na universidade dialoga, no entanto, com o intuito de estabelecer um caráter

⁶ Esta gestão do DCE venceu as eleições (2005-2006) cultivando o afastamento do movimento em relação aos partidos políticos, mas culminou com a ida de alguns diretores para uma tendência interna do PT, denominada “O Trabalho”.

⁷ Em aliança com o Grupo Quilombo ligado a uma tendência interna do PT, a Esquerda Popular Socialista (EPS).

autônomo do movimento ao enfatizar um tipo de descrença na política institucional ao mesmo tempo em que simbolicamente reforça sua imagem e adesão entre estudantes sendo um “partido diferente”.

A presença dos partidos nos movimentos tem sido um desafio para pesquisas que buscam compreender, direta ou indiretamente, os movimentos sociais e as experiências participativas nos últimos anos. Neste sentido, este trabalho busca apontar de algum modo a necessária compreensão dos movimentos a partir da presença e influência dos partidos, que mesmo após a imersão no realismo eleitoral ainda mantém-se conectados aos movimentos mais relevantes no contexto brasileiro.

Diferente do que Aranda (apud Bringel, 2009) estabelece referente ao fato do movimento estudantil apresentar morfologias concernentes aos “novos movimentos sociais”, o contexto brasileiro não aponta para um movimento estudantil antiestatal e com uma liderança múltipla. Dialogando também com as características dos “novos movimentos sociais”, Laraña (1994) critica a tendência de invisibilidade metodológica da questão cultural destes movimentos, sendo que as análises estariam mais voltadas aos aspectos visíveis nos movimentos (mobilizações, agitação, etc.). A crítica às pesquisas preocupadas em grande medida com a “parte visível” está presente nas considerações de Bringel (2009).

Pode-se considerar que a tendência do movimento estudantil no contexto do lulismo é aprofundar as questões internas e estabelecer apoio e diálogo com outros grandes movimentos sociais, mas enfatizando um tipo de mobilização que cristalize interesses fora da rota de colisão com a representação encetada pelos partidos na arena governamental. Em outras palavras, o movimento estudantil brasileiro possui historicamente uma perspectiva de relação clara com partidos e estratégias eleitorais, ainda mais durante o lulismo, quando os movimentos sociais passaram a contar com amplos espaços de interação com o Estado, além da assunção de líderes partidários “amarrados” aos interesses

vocacionados durante as suas trajetórias de pertencimento aos movimentos sociais.

Mudanças e reconfigurações diante do lulismo

Após algumas entrevistas realizadas com lideranças do movimento estudantil ligadas à UNE, é possível compreender de modo **expressivista** algumas considerações preliminares, porém, cruciais para o avanço desta pesquisa, ou seja, trata-se de alguns resultados parciais⁸:

- a) Vale ressaltar, que conforme as entrevistas realizadas com os principais líderes estudantis do movimento na UFBA, é possível perceber que o contexto deste ciclo potencializado pela participação institucionalizada do movimento foi determinado pela interação Estado-sociedade ao qual é analisado em artigo recente por Abers e Tatagiba (2014). Esta interação refere-se particularmente à “presença de militantes no interior de vários ministérios permitiu experimentações com resultados variáveis a depender da forma como grupos da sociedade civil e atores do Estado estabeleceram relações historicamente em cada setor” (p. 326). Na verdade, segundo as autoras, o argumento central do artigo é o de que

neste contexto de maior proximidade, movimentos sociais e atores estatais experimentaram criativamente com padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras. Ativistas que assumiram cargos na burocracia federal frequentemente transformaram agências governamentais em espaços de militância nos quais continuaram a defender bandeiras desenvolvidas previamente no âmbito da sociedade civil³. No governo, tais ativistas buscaram construir e fortalecer espaços participativos formalizados, que até então se restringiam a âmbitos municipais. Mas eles também experimentaram outros canais de comunicação, negociação e colaboração entre Estado

⁸ O prosseguimento da pesquisa prevê a realização de um survey com lideranças de organizações estudantis filiadas à UNE, em evento a ser realizado no primeiro trimestre de 2015 (Conselho Nacional das Entidades de Base – CONEB), entrevistas em profundidade com lideranças de base e da direção da UNE; e Análise do Conteúdo de documentos (jornais, Newsletter, página no Facebook) dos últimos anos. Reitera-se que o objetivo da pesquisa é compreender de que modo o lulismo alterou as formas de mobilização das organizações estudantis ligadas à UNE.

e sociedade civil, tais como novas formas de negociação baseadas em protestos e outros encontros, menos públicos e mais personalizados, entre Estado e representantes de movimentos sociais. Em algumas áreas de políticas públicas, espaços participativos formalizados como conselhos e conferências tiveram papel central, enquanto em outros setores predominaram formas de interação menos formais. No governo Lula, o mote da "participação da sociedade" abriu espaço para a combinação mais criativa de diferentes práticas e rotinas, ampliando as chances de acesso e influência dos movimentos sobre o Estado, obviamente com variações setoriais importantes. Visto sob a ótica das relações Estado/movimento, o governo ampliou as possibilidades de combinações novas e criativas em relação aos padrões estruturais de interação, o que não significa que essas combinações resultem necessariamente em ampliação do acesso aos direitos de cidadania, atendimento das agendas do movimento no curto prazo ou fortalecimento das redes movimentalistas no longo prazo (p. 326).

- b)** Em termos de projeto político (DAGNINO, 2006), é possível destacar a proximidade do movimento estudantil à cultura e práticas das esquerdas partidárias. Neste sentido, o movimento baliza suas posições estratégicas enquanto resultante dos posicionamentos partidários, seja ou não de organizações que estão dentro de governos. É impossível construir marcos analíticos em torno dos movimentos, desconsiderando que uma grande parte dos militantes estabelece repertórios de ação concertados nos partidos políticos. Talvez, este contexto sugere que a presença dos movimentos sociais nos espaços institucionais estimulados pelo lulismo compreenda uma estratégia antes de tudo dos partidos, como afirma Goldstone (apud BRANDÃO, 2011, p. 134): *“não podemos compreender o trabalho normal e institucional de cortes, legislaturas, executivos ou partidos sem compreender o processo íntimo e contínuo de moldagem destas esferas pelos movimentos sociais”*.
- c)** As entrevistas realizadas com os líderes da UFBA deram possibilidade de interpretar o movimento nos últimos anos, sendo que as mobilizações caminharam em direção às questões endógenas, conciliando com questões externas, como assinala Bringel (2009, p. 104) enquanto uma forma de expressão dos movimentos na atualidade:

as demandas podem ter um caráter interno (reivindicações endógenas como residência universitária, restaurantes, discussões sobre o uso do espaço universitário etc.) ou externo (questionamentos que vão além das demandas de grêmios e que procuram incidir em discussões de maior alcance político, como a qualidade do ensino público ou o papel que deveriam desempenhar as universidades nas sociedades contemporâneas). Ainda que não se trate de uma divisão rígida entre ambas as dimensões, a hegemonia das demandas de caráter interno está ligada a um menor papel dos movimentos estudantis como movimentos antissistêmicos. Pelo contrário, ao articular as reivindicações internas com questões externas, de maior alcance, como as políticas educativas de um governo ou temas de política local, nacional ou global, essas lutas adquirem maior grau de protagonismo em nível societário. Um bom exemplo recente é o dos estudantes secundaristas no Chile que, ao questionarem o caráter neoliberal das políticas educativas de Bachelet, puseram em xeque o próprio governo do país.

O movimento estudantil da UFBA soube, portanto, combinar as questões internas (valorização das pautas locais – assistência estudantil, infraestrutura, igualdade de gênero, expansão das universidades, etc.) às externas, mas deslocando estas do cerne de mobilizações, pois tal plano estava clivado pela representação de interesses exercida pelos partidos na seara institucional. Tal posição não invalida o papel de um “diálogo crítico” (IGLESIAS, 2011), no entanto, o movimento combina seus passos com os partidos.

As questões externas ficaram à cabo não de grandes mobilizações de rua e confrontos abertos com o governo federal, não obstante, as questões externas surgiram vinculadas a uma “rede” de movimentos e interesses em parte externos ao movimento, ou seja, exercidos por outros nichos sociais (gênero, diversidade sexual, reforma agrária, etc.). Desse modo, a dupla movimentação possibilitou o aceno à posição de apoio ao governo, fomentando um tipo de mobilização calcado nas questões internas, mas estabelecendo novos caminhos de diálogo e interesses no que se refere às questões externas. Desse modo, o movimento não perdeu o caráter histórico de construir pautas sem deixar de concatenar as pautas específicas à uma conjuntura externa.

Esta nova articulação conseguiu calcar novas estratégias dentro e fora da política institucional valorizando as bases, ao mesmo tempo em que as questões externas assumiam um papel de articulação com outros movimentos, aproximando os seus interesses às questões internas. Este “caminho” foi claramente delineado, por exemplo, na greve estudantil de 2004⁹, quando os estudantes ocupariam a Reitoria cobrando melhorias na infraestrutura da universidade, mas perpassando pela forte crítica aos projetos de reforma da educação superior, sendo que o fim da greve foi determinado pelo deslocamento da mobilização para questões ligadas tão somente à universidade.

- d) Desse modo, as entrevistas fornecem de modo preliminar o quanto o movimento e suas organizações de base buscam nas pautas endógenas a principal forma de mobilização na atualidade, mas vinculada a *representação de grandes interesses*¹⁰ que estão sob a coordenação de outros movimentos sociais e dos partidos. A aparente saída das ruas não aponta para a desmobilização, mas a construção de novos repertórios combinados com o apoio empenhado aos partidos, sobretudo, no caso da UNE, dominada pela hegemonia de grupos próximos ao PT e PCdoB.
- e) Em termos de causalidade, é necessário aprofundar na literatura como é possível compreender uma nova morfologia do movimento, uma vez que a “saída” das ruas não é somente um realinhamento de interesses

⁹ Esta greve ocorrera na UFBA e em outras universidades federais do país. Inicialmente, foi pensada para estabelecer críticas à reforma articulada no Governo Lula, mas teve o seu desenlace na apresentação de uma pauta reivindicatória local destinada à gestão do Reitor Naomar Almeida Monteiro Filho.

¹⁰ As pautas do movimento ligadas à universidade – questão endógena (valorização das pautas locais – assistência estudantil, infraestrutura, etc.), são mais destacadas, porém, é possível perceber que o apoio partidário ao governo não isenta a contraposição do movimento, como no caso das mobilizações de diversos movimentos contra o “exterminio do povo negro” (crítica à política de segurança pública do governo estadual, especialmente, da Polícia Militar em abordagens que criminalizam a juventude negra presente nos grandes bairros de Salvador), “Campanha Reaja ou será morto”. Link da campanha: <<http://reajanasruas.blogspot.com.br/>> Acesso em 30/ago. 2014

fincados na relação entre partidos, movimento e governo, uma vez que não há no movimento estudantil atualmente jornadas de mobilização relevantes daqueles que são críticos ao governo do PT.

CONCLUSÕES

É possível afirmar a consolidação de uma literatura concatenada a uma agenda de pesquisa preocupada na interface entre movimentos, partidos e governos (TATAGIBA; BLIKSTAD, 2012), de acordo com a impossibilidade de investigar movimentos sociais como se não houvesse conexões com o sistema político. Segundo as autoras,

tomar a relação entre movimentos e sistema político como questão empírica e teórica a ser enfrentada significa reconhecer o espaço próprio que conforma e condiciona os esforços despendidos nos processos de interação. Partindo do pressuposto de que a natureza e a intensidade das relações entre movimentos sociais e atores políticos são diversas – assim como o tipo e o alcance de suas implicações –, imaginamos que no longo prazo um dos resultados desses investimentos poderia ser algo como uma "tipologia dos vínculos" entre movimentos sociais e atores político-institucionais (p. 333).

Vale ressaltar, a possibilidade de ganhos analíticos quando considera-se a proposta de Mische (2008 apud TATAGIBA; BLIKSTAD, 2012, p. 350), ao indagar

de que maneiras a experiência de se movimentar entre redes parcialmente sobrepostas contribui para gerar tensões e pressões, de um lado, ou inovações e autonomia, de outro? Como essas intersecções influenciam as escolhas e as ações dos indivíduos, assim como das várias coletividades às quais eles pertencem? (p. 22).

No que se refere ao movimento estudantil, a fase preliminar desta pesquisa apontou para a continuidade das mobilizações através de um novo ciclo de mobilizações iniciado nos anos 2000, porém, estabelecido por meio do "diálogo crítico" com os governos Lula e Dilma. Estas mobilizações se voltaram para as questões internas da vida universitária, ao passo que reforçaram uma nova dimensão das questões externas ao buscar alianças e proximidade com outros movimentos sociais, sem entrar em rota de colisão com políticas públicas sob direção do governo federal.

Estas reconfigurações sobre o movimento estudantil atual capitaneado pela UNE reiteram a existência de mobilizações, porém, fora das ruas através de uma participação institucionalizada e da ênfase em pautas internas. Não há o abandono das pautas externas, mas a sua articulação junto à *representação de interesses* dos partidos apoiados que estão dentro ou fora dos governos.

Sendo assim, é possível inferir algumas tendências no movimento estudantil atual, acerca da valorização de arranjos participativos de atuação, mas ainda de um *ethos* capaz de ascender novas formas de mobilização em contato com as bases, porém, mediada pelas perspectivas esquadrihadas pelos partidos. Em termos de pesquisa, o objetivo central será compreender o grau e tipo de mobilização envolvendo o caráter institucional ou não-institucional e a natureza das mobilizações, ou seja, se são voltadas para interesses internos ou externos.

A relevância da pesquisa perpassa pelo contexto do lulismo que alçou alguns partidos para a coalizão governamental, estabelecendo arranjos participativos e demais políticas públicas em parte presentes nas demandas historicamente situadas por alguns movimentos sociais.

Este novo ciclo de mobilizações focado nas questões endógenas assume como consequência no plano normativo o que foi defendido por nós em outro artigo referente à esquerda, que tem demonstrado ser mais vocacionada a uma “representação participativa”, ou seja, os partidos revelam um modo de representação que mantém-se próximo da normatividade da teoria democrática, orientada pelo debate da responsividade, representatividade e de “presença” física e virtual dos representados no exercício da representação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Uon. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?**. Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 28, dez. 2011 . Disponível em <<http://www.scielo.br/>> Acesso em 10 jul/2013.

_____.; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula.** Dados, Rio de Janeiro , v.57, n.2, Junho 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582014000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02/Set. 2014.

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** São Paulo, Lua Nova, 2009, no.76, p.49-86.

BRANDÃO, L. C. **A literatura sobre Movimentos Sociais: Interações entre a Política Institucional e a Política não Institucional.** BIB, São Paulo, nº 71, 1º Semestre de 2011, pp. 123-143.

BRINGEL, B.; ECHART, E. **Movimentos sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras".** Caderno CRH, Salvador, Dez 2008, vol.21, no.54, p.457-475.

_____. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. EccoS Revista Científica, num. Janeiro-Junho, 2009, pp. 97-121.

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político.** São Paulo: LECH, 1982.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos.** In: DAGNINO, E. (org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI. **“Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”.** In: _____; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A (orgs.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e terra, 2006; Campinas, UNICAMP.

DOMINGUES, José Mauricio. “Los movimientos sociales de América Latina: características y potenciales”. Análisis de la situación de OPSA. N ° 2, Brasil, Fevereiro de 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais.** 4ª Edição. São Paulo: Loyola, 2004.

IGLESIAS, Esteban. **Los movimientos sociales bajo el gobierno de Lula Da Silva: entre la construcción del proyecto político y la institucionalización del diálogo político.** Revista SAAP, Buenos Aires, v.5, n.1, jun. 2011. Disponível: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-19702011000100005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 11/set. 2014.

LARAÑA, E. **“Continuidad y unidades en las nuevas formas de acción colectiva. Un análisis comparado de movimientos estudiantiles”.** In: LARAÑA, E.; GUSFIELD, J. (Eds.) Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidad. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas-CIS, 1994, p.253-285.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. **Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da**

contestação. Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 28, dez. 2011 . Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 10 jul. 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. (2004). **Espaços deliberativos e a questão da representação**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, no. 54, pp. 97-113.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Atores políticos e lutas sociais: movimentos sociais e partidos políticos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SADER, Emir. **A nova Toupeira**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

TATAGIBA, L.; BLIKSTAD, Karin **"Como se fosse uma eleição para vereador": dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo**. *Lua Nova*, 2011, no.84, p.175-217. Disponível em: www.scielo.br Acesso em 10/jun. 2013.

TILLY, C. **Movimentos Sociais como política**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 3, p. 133- 159, janeiro/julho, 2010.